



## CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO  
07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES  
IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO  
DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.**

**REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> , DE 2025**

Requer que seja convocado **a prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor Eric Douglas Martins Fidelis**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, **o Senhor Eric Douglas Martins Fidelis**.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar **07/2025 – CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas ”.**

O nome de Eric Douglas, filho do ex-diretor do INSS Francisco Lopes, surge de forma emblemática no contexto do escândalo que envolve a autarquia e as fraudes bilionárias nos descontos indevidos de aposentados e pensionistas. Conforme revelado, Eric movimentou cerca de R\$ 10 milhões em transações financeiras durante o período em que a chamada “farra” das fraudes no INSS atingia seu auge.

A discrepância entre os valores movimentados e sua real capacidade econômica lança sérias dúvidas sobre a origem dos recursos e reforça a necessidade de apuração rigorosa. O fato de ser filho de um ex-presidente do INSS, cuja gestão já havia sido alvo de questionamentos por contratos suspeitos, torna ainda mais relevante o aprofundamento das investigações.

**CONGRESSO NACIONAL**

Outro dado que agrava o quadro é a informação da Polícia Federal, segundo a qual o escritório de advocacia de Eric Douglas recebeu R\$ 3.716.859,76 de empresas intermediárias relacionadas às entidades associativas envolvidas nas operações suspeitas.

Esse elo não pode ser ignorado: compreender como familiares de dirigentes do INSS prosperaram financeiramente em meio a irregularidades pode esclarecer se houve conivência, favorecimento ou uso de informações privilegiadas para facilitar fraudes que atingiram milhares de beneficiários.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.